

RESENHA DE “MORFOLOGIA”, DE CLAUDIO CEZAR HENRIQUES

Morgana Fabiola Cambrussi¹

Magdiel Medeiros Neto²

morganacambrussi@yahoo.com.br

magdiel_man@yahoo.com.br

Em “Morfologia” – obra publicada pela Editora Campus no ano de 2007 e integrante da coleção “Português na Prática” –, Claudio Cezar Henriques apresenta pontos formais da morfologia do português, divididos em capítulos que contemplam tanto os aspectos flexionais quanto os aspectos derivacionais de estudos morfológicos da atualidade. A obra, estruturada em três partes que se subdividem, inicia pela apresentação de conceitos básicos que evidenciam posicionamentos teóricos assumidos pelo autor e preparam o terreno para as discussões que se realizarão; em seguida, é discutida a estrutura dos vocábulos, através da problematização (a) do estudo dos morfemas do português e (b) da organização do léxico em classes de palavras; finalmente, são abordados os processos gerais e os especiais de formação de palavras do português. Por seguir uma organização didática clara, que inclui exercícios de variados níveis de complexidade ao final de cada capítulo (e um Apêndice com questões selecionadas do Exame Nacional de Cursos – Letras), essa obra é indicada a integrar a bibliografia complementar de morfologia dos cursos de Letras, e também adequada aos leitores iniciantes que desejem principiar seus estudos sobre os fenômenos morfológicos.

Na Parte I, **Conceitos Básicos**, estão os capítulos “Sincronia e Diacronia” e “Sintagma, Palavra e Morfema”. O primeiro rapidamente lembra o leitor das definições

¹ Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

² Docente de Teoria e Análise Linguística na Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

de sincronia e de diacronia, argumentando que a teoria linguística, ao objetivar recriar o conhecimento que os falantes têm de sua língua materna, deve centrar-se em descrições e explicações atemporais dos fenômenos linguísticos, as quais não anulam a validade dos estudos históricos. O autor também lança, nesse capítulo inicial, uma crítica aos procedimentos de análise empregados pela gramática tradicional que se centram ora na diacronia ora na sincronia. Segundo Henriques, esse procedimento ambíguo precisa ser revisto e não perpetuado nas situações de ensino de língua.

Já no segundo capítulo, o autor relaciona definições formais de sintagma e paradigma, de palavra e vocábulo e de morfema e lexema. No plano sintagmático, propõe classificar os constituintes (sintagmas) entre aqueles que são de subordinação e aqueles que são de coordenação. Ainda, afirma que o estudo dos sintagmas pode pertencer tanto ao domínio da sintaxe quanto ao domínio da morfologia, dependendo do tipo de análise e da busca por constituintes imediatos. Ao discutir sobre o que é *palavra*, Henriques avalia que o uso de *vocábulo* como sinônimo de *palavra*, embora possa gerar objeções, está já consagrado na literatura e isso faz o autor abandonar a idéia de esmiuçar diferenças entre ambos. Para identificação dos vocábulos da língua, Henriques propõe que os critérios, por mais que possam ser multiplicados, restrinjam-se apenas a dois: a possibilidade de pausa e a rigidez ou mobilidade posicional. Assim, a sequência “menino infeliz” seria composta de dois vocábulos porque nela há a pausa entre o primeiro e o segundo elemento e porque se percebe que só “menino” e “infeliz” podem receber mobilidade posicional, enquanto “in+feliz”, por exemplo, contém uma ordem irreversível. Porém, o autor não discute como se aplicaria o primeiro critério que define vocábulo (palavra) à sequência fônica de “menino infeliz”, uma vez que não se pode dizer com precisão como falantes recortam a cadeia da fala a partir de aspectos de entonação e que, para aplicar o segundo critério, seria necessário que os elementos já estivessem segmentados na cadeia fônica. Ao definir *morfema*, Henriques opta por uma definição geral, segundo a qual morfema é “[...] todo e qualquer constituinte de um vocábulo [...]” (p. 9), o que abrange os morfemas lexicais (lexemas) e os morfemas gramaticais (gramemas). Dentre os critérios para identificação dos morfemas, o autor seleciona, mais uma vez, apenas dois: a oposição ausência *versus* presença (feliz e **infeliz**) e a permutação ou comutação de segmentos morfológicos (**inferir** *versus* **transferir**).

Na Parte II, **Estrutura dos Vocábulos**, estão os capítulos “Morfemas do Português”, “Padrão dos Verbos”, “A Classe dos Nomes” e “Demais Classes”. No

primeiro deles, Henriques defende duas posições já bastante marcadas na literatura linguística de base estruturalista e em parte da tradição gramatical: raiz e radical podem ser tomados como termos sinônimos, os quais constituem a sequência de segmentos responsável pela identificação de uma *família léxica*; vogal temática une-se ao radical para a constituição do tema e, diferentemente do que se sustenta em boa parte dos materiais de ensino, está presente em verbos (*passar, comer, dormir*) e também em nomes (*mesa, lebre, livro* e os atemáticos *papelØ, cipóØ*). O autor, ainda, distingue as desinências dos afixos (prefixos e sufixos), sustentando que aquelas são marcas de morfologia flexional, enquanto estes são marcas de morfologia derivacional. Na obra, considera-se que as desinências verbais e nominais apresentam formas gramaticais distintas de um mesmo vocábulo e os afixos acrescentam significação externa ao elemento ao qual se unem (**tristemente** = de maneira triste, **refazer** = fazer novamente), sendo que (i) os prefixos possuem uma significação externa muito mais acentuada que os sufixos e (ii) os sufixos, em geral, alteram a categoria gramatical do termo ao qual se adjungem. Os elementos de ligação (ou interfixos), consoantes e vogais de ligação, são apresentados ao final do capítulo, seguidos de uma breve discussão sobre a função de seu emprego no português, de uma distinção entre esses elementos e os chamados *infixos* (elementos que se intercalam na raiz) e de uma detalhada lista com ocorrências de consoantes e vogais de ligação retiradas, em grande medida, de casos listados em gramáticas prescritivas.

Nesse ponto de seu texto, vale ressaltar, Henriques apresenta uma posição polêmica quanto ao valor da atitude linguística dos falantes. Segundo o autor: “[...] não é o ‘povo’ ou o ‘leigo’ quem deve prestar depoimento sobre um fato linguístico a ser tomado como base para qualquer análise, mas um indivíduo que se enquadre como ‘falante culto’.” (p. 20). Se apenas os indivíduos com curso superior forem tomados como ‘falantes cultos’, o que normalmente ocorre nos estudos linguísticos, então apenas 11% dos falantes de português brasileiro teriam intuições adequadas sobre sua língua materna? Essa consideração seria claramente absurda, afinal, culto ou não, qualquer falante domina a sintaxe, a morfologia, o léxico, a semântica, a fonologia e as condições pragmáticas de uso de sua língua materna.

Em “Padrão dos Verbos”, Henriques propõe um quadro que conteria o padrão geral dos verbos do português. Nesse quadro, a classe verbal está dividida entre verbos de 1ª, de 2ª e de 3ª conjugações, seguindo a tradição já difundida para a classificação dos verbos, e a vogal temática de cada uma das conjugações é relacionada aos seus

alomorfes, incluindo-se, entre eles, o morfema zero. Da mesma maneira, nesse quadro, estão relacionadas as desinências número-pessoais e as modo-temporais, todas seguidas da ilustração de seus processos de alomorfia. Para formação do quadro com o padrão geral dos verbos do português, Henriques vale-se da análise das estruturas paradigmáticas, através do procedimento de comutação, do que resulta o paradigma ou modelo de conjugação demonstrado pelo autor. Conforme ressalta Henriques, esse paradigma é relevante à medida que permite formatar os verbos da língua de acordo com sua conjugação e identificar os casos de irregularidade de conjugação existentes. Para finalizar o capítulo, o autor ainda relaciona tabelas cujo propósito é expor os três paradigmas anteriormente descritos e enseja, por uma sucinta exemplificação do procedimento de análise, a possibilidade de se realizarem estudos especificamente centrados nas aparentes irregularidades que, segundo ele, e como já propusera Joaquim Mattoso Câmara Junior, poderiam formar paradigmas secundários do sistema verbal do português, uma vez que, em certos agrupamentos verbais, tais irregularidades são sistemáticas e recorrentes.

No capítulo “A Classe dos Nomes”, Henriques realiza uma rápida retomada de como, ao longo da tradição gramatical, a conceituação das classes de palavras gerou questionamentos. Em geral, segundo o autor, os agrupamentos foram equivocadamente formados a partir da mistura de critérios semânticos, sintáticos e morfológicos. Quanto à diferenciação entre substantivos e adjetivos – seja na definição primária das duas classes seja na classificação dos termos de sintagmas duais do tipo “pobres colaboradores”, nos quais apenas informações contextuais são capazes de definir qual a classificação de cada termo –, Henriques sustenta que o critério para definição das classes obedeça a considerações semântico-funcionais, uma vez que nos casos em que uma mesma palavra ora funciona como adjetivo ora como substantivo parecem ser pertinentes para o estabelecimento da classe da palavra os valores semânticos. Para o autor, essa ambivalência decorre do fato de tanto adjetivos quanto substantivos serem representativos de *seres*, enquanto um os nomeia, o outro os caracteriza. A respeito da flexão dos nomes, o autor questiona a concepção que sustenta *gênero*, *número* e *grau* como marcas flexionais nominais e defende que apenas *gênero* e *número* estão entre os processos flexionais do português, sendo *grau* um processo derivacional. Dentre outros pesquisadores que embasam seu posicionamento, Henriques conta com o argumento por autoridade de Mattoso Câmara Junior, em quem também sustenta as afirmações sobre a presença de vogal temática nos nomes, sobre a existência de nomes atemáticos (ao

contrário dos verbos, que são todos temáticos) e sobre a descrição das flexões nominais de gênero e de número. A respeito da classe dos advérbios, Henriques faz referência ao problemático agrupamento de termos com funções sintáticas e semânticas radicalmente diferentes que a tradição gramatical difundiu para essa classe. O autor assume a posição de que os advérbios sejam definidos como “[...] *palavras suplementares modificadoras não-qualificativas e não-denominativas*, [as quais se distinguiriam dos adjetivos por estes serem] *palavras suplementares modificadoras qualificativas e denominativas*[...]” (p. 90, itálico do autor).

No último capítulo da segunda parte da obra, “Demais Classes”, Henriques descreve as classes numeral, pronome, artigo, preposição, conjunção e interjeição. Para essas categorias de palavras, o autor segue a orientação difundida pela gramática tradicional de classificação e listagem dos termos integrantes de cada classe. Exceção feita somente à classe dos pronomes para a qual, novamente com base em Mattoso Câmara Junior, Henriques cita a caracterização segundo os mesmos critérios definidores da classe dos nomes (a relação entre termo determinante e termo determinado). Divididos entre pessoais e não-pessoais, os pronomes, conforme aponta o autor, possuem as mesmas desinências de gênero e número descritas para os nomes e são “[...] *matrizes de mesma potencialidade que os nomes* [...]” (p. 104, itálico do autor).

Na terceira e última parte, **Processos de Formação**, estão os capítulos “Composição e Derivação”, “Processos Especiais” e “Outros Casos”. No primeiro capítulo dessa parte, Henriques elenca os dois principais processos de formação de palavras: a composição e a derivação. No que tange à composição o autor assume tratar-se de um processo no qual dois radicais distintos se unem resultando em uma nova palavra. A composição porém é reconhecida ser de dois tipos: por justaposição ou por aglutinação. No caso da justaposição, os radicais originários do novo vocábulo mantêm sua integridade mórfica, “[...] consideradas suas realidades fonológicas” (p. 113), a exemplo de *beija-flor* (*beija* + *flor*); mas no caso aglutinação um dos radicais sofre alguma perda ou alteração fonética, a exemplo de *planalto* (*plano* + *alto*). Henriques aborda, ainda que de passagem, casos em que uma palavra, a exemplo de *comigo-ninguém-pode*, tem mais de um radical, casos esses que chama de *supercomposição*. Já no que tange à derivação, o autor afirma tratar-se de um processo no qual a uma palavra primitiva é adjungido pelo menos um afixo e que tal processo pode ocorrer de três formas: prefixação, sufixação ou parassíntese (ou circunfixação). Na prefixação tem-se um radical ao qual é adjungido um prefixo, como *infeliz* (*in* + *feliz*); na sufixação, um

radical ao qual é adjungido um sufixo, como *felizmente* (*feliz + mente*); e na parassíntese, um radical ao qual é adjungido simultaneamente, e apenas simultaneamente, um prefixo e um sufixo – seja este uma terminação verbal simples, a exemplo de *-ar*, ou um sufixo formalizado, a exemplo de *-ec(ar)*, que tem significação de iterativo ou incoativo –, como pode-se observar respectivamente em *esquentar* (*es + quente + ar*) e *amadurecer* (*a + maduro + ec(er)*). O autor chama atenção para casos a exemplo de *infelizmente* que não devem ser confundidos com parassíntese, pois apesar de em tal palavra haver um prefixo e um sufixo estes não têm ocorrência simultânea obrigatória, como é o caso da parassíntese.

Ainda no capítulo intitulado “Composição e derivação”, Henriques apresenta um interessante exemplário dos casos de parassíntese e assume que neste tipo de derivação o prefixo, que na prefixação geralmente tem significação externa, não apresenta significado algum. Não obstante, se se buscar, no exemplário do próprio autor, itens tais como *esquentar*, *enriquecer* e *amadurecer* é possível questionar a posição defendida por Henriques, à medida que os prefixos *es-*, *en-* e *a-* parecem ser dotados de significação, todos têm o significado de “tornar(-se)” pois: *esquentar* é o mesmo que “tornar(-se) quente”, *enriquecer* é o mesmo que “tornar(-se) rico” e *amadurecer* é o mesmo que “tornar(-se) maduro”. Após mostrar que a derivação é um dos processos de formação de palavras mais regulares, o que facilita a elaboração de regras de formação de palavras, Henriques finaliza o capítulo lembrando que muitas vezes não é fácil a explicitação dos processos de formação de nomes de marcas comerciais, industriais, culturais etc., embora tais nomes sejam, em muitos casos, formados por composição e/ou derivação, como é o caso de *Bombril* (*bom + brilho*) e *micaroa* (*micareta + João Pessoa*).

“Processos Especiais”, oitavo capítulo do livro, trata dos quatro processos, a saber: regressão, abreviação, reduplicação e conversão. Segundo Claudio Cezar Henriques, também chamados de deverbais, os substantivos abstratos, que são formados pelo processo de regressão, comumente chamado derivação regressiva, caracterizam-se pela ausência de sufixos, como é o caso de *adejo* (de *adejar*). No entanto, o autor assume que há casos de homonímia entre substantivos abstratos e substantivos concretos, um dos exemplos apresentados é *apito* (substantivo concreto), que é a palavra primitiva que forma *apitar*, que, por sua vez, forma *apito* (substantivo de verbal regressivo). Assume também que existem substantivos abstratos neológicos, pois são formados a partir de verbos hipotéticos como *braseio*, gerado de um suposto verbo *brasear*. Quanto à abreviação, ou braquissmia, Henriques toma *preju* (de *prejuízo*) e

fusca (de *Volkswagem*) como exemplos e, pouco explicativamente ao modo de algumas considerações da gramática normativa, diz tratar-se de um processo que reduz morfológicamente uma palavra “[...] por *comodidade expressiva* [ou] mediante um processo de acomodação ou *deturpação fonética* [...]” (p. 127, itálicos nossos). Ainda no concernente à abreviação, o autor, afirma que *niver* (de *aniversário*) e *su* (de *sucesso*) são exemplos de truncação, que é um tipo de abreviação, contudo ele não explica o que o leva a classificar *preju* como uma abreviação e *niver* como uma abreviação do tipo truncação. O autor diz ainda existirem a truncação ou abreviação por elipse, e passa então a tratar do tópico seguinte: a reduplicação. Também chamada de redobro, a reduplicação “Consiste na repetição de sílabas semelhantes ou iguais, com o intuito de formar palavra onomatopaica (imitativa) ou hipocorística (afetiva)” (p. 126, parênteses do autor), este é caso de *titio*. Henriques, porém, lembra que nem todo caso de identidade, seja parcial seja total, de sílabas é caso de reduplicação, a exemplo de *zigue-zague*, que não apresenta reduplicação. Como último tópico do capítulo, Henriques trata do que chama de pseudoprocisso, conhecido na literatura como conversão ou derivação imprópria, pois argumenta ser um “[...] fenômeno de estilística morfossintática” (p. 127) no qual um vocábulo é empregado sob uma forma morfológica que não é a sua como, por exemplo, *ver* em uma sentença como *João conjugou bem o verbo ver*.

No último capítulo da terceira parte e do livro, “Outros Casos”, Henriques trata de siglas e abreviaturas, neologismos e estrangeirismos. Ao tratar das siglas, o autor assume que estas são formas complexas que resultam de processo de truncação e que por serem vocábulos acrossêmicos podem ser formas primitivas para outras palavras, podendo estas obedecer às convenções ortográficas, um exemplo é *PT*, sigla que por sua vez é a base *petista*, *antipetista* etc. Já a abordagem sobre abreviaturas é bem resumida e consiste basicamente em lembrar que uma abreviatura não constitui-se em uma palavra nova, tanto que é marcada graficamente com um ponto e ao ser pronunciada recupera a sua integridade fonética; este é o caso de *cel.* que, embora na escrita seja composta apenas por três letras e um ponto, na fala é pronunciada como sua forma plena *coronel*. O tópico sobre neologismos e estrangeiros é certamente um dos mais interessantes da terceira parte do livro, pois, além de uma ampla exemplificação contextual, Henriques apresenta uma classificação minuciosa na qual os neologismos são divididos em quatro tipos: lexicais (ou formais), estrangeirismos, semânticos e eponímias. No caso dos neologismos lexicais observa-se dois tipos distintos: aqueles que são totalmente novos,

ou seja, não se originam de outras palavras – *grafonímicos*, é um exemplo do autor –; e aqueles que são formados a partir de palavras já existentes – *paitrocínio*, por exemplo. Os neologismos do tipo estrangeirismo, segundo Henriques, são casos especiais de neologia lexical, a distinção entre este tipo e a neologia lexical comum reside no fato de que o estrangeirismo é o processo que forma uma palavra a partir de uma palavra de outra língua, podendo o neologismo manter da língua de origem (a) identidade fonológica-ortográfica, a exemplo de *pizza* e *download*; (b) identidade apenas semântica, a exemplo de *chachorro-quente* em relação a *hot dog*; ou (c) identidade estrutural, a exemplo de *videoconferência* (de *videoconference*) e não *conferência via/por vídeo*. Ainda abordando a questão dos estrangeirismos, Henriques faz uma breve retomada de discussões geradas em torno do tema, de puritanismos que chegam até mesmo a serem formulados em projeto de lei e, de quebra, mostra que, sendo o empréstimo linguístico um processo comum nas relações interculturais, o português também teve palavras introduzidas no léxico de outras línguas, a exemplo do japonês.

Após tratar dos estrangeirismos, Henriques continua sua análise sobre o neologismo abordando os neologismos semânticos, que são casos nos quais as palavras já existentes são incorporados novos significados, como, por exemplo, o significado de *mouse* para *rato*. Ainda a respeito do neologismo semântico, o autor diz que nem sempre é fácil se distinguir entre este e a metáfora conceitual, no entanto, não descreve que tipo de metáfora é esse. Quanto à eponímia, Cláudio Cezar Henriques, além de dividi-la em permanente, restrita ou efêmera, firma que ela é o processo de passagem de um antropônimo a epônimo e, assim sendo, constitui-se um processo distinto da conversão, pois neste caso tem-se palavras que sofrem mudança de categoria lexical, mas na eponímia tem-se apenas uma mudança de subcategoria em que um substantivo próprio passa a ser substantivo comum. O autor ainda diz que “[...] assim como existe o processo de ‘personificação (exs.: o Hino Nacional, a Pátria), há também o processo de ‘coisificação’ (exs.: baderna, gandula, gari)” (p. 146); tal comparação, no entanto, parece ser forçada e fantasiosa. Isso se revela facilmente, quando se observa que, no processo de personificação, uma entidade é personificada, ela própria e por completo, logo, a “coisificação”, sendo o oposto da personificação, deve denotar o processo inverso: uma entidade que passa, ela própria e por completo, a ser concebida como coisa. Um exemplo de coisificação que se pode supor é *fabiano* em *Fabiano, de Vidas Secas*, se via como *fabiano* e não como *Fabiano*. No caso da eponímia o que se tem é uma entidade que, por conter alguma relação metonímica com uma outra denotada por

um nome próprio, desta recebe o seu nome mas não sofre tipo algum de personificação. Ainda em relação ao neologismo Henriques lembra que uma palavra só perde esse caráter depois de incorporada a obras de referência, mas para tal incorporação o ainda neologismo deve ter “[...] a utilização generalizada e a ampla atestação por escrito” (p. 152).

No nono capítulo há também uma breve abordagem sobre a combinação de processos morfológicos, que resultam na geração de unidades lexicais complexas, a exemplo de *papaizinho*, que é formada por derivação sufixal (*papai* + *zinho*) cujo primeiro elemento, *papai*, por sua vez, é formado por reduplicação de (*pa* + *pai*). No último tópico do capítulo, Henriques aborda ainda os processos de cruzamentos morfológicos e de fracionamento vocabular. Os cruzamentos morfológicos, segundo o autor, são em si processos de derivação e/ou composição pois adjungem a uma base um afixo ou outra base, mas com o diferencial de “[...] explorar inovadoramente suas cargas semânticas” (p. 156), ou seja, são casos de derivação e composição neológicos, a exemplo de *facilitar* e *chocotone*. Já quanto ao fracionamento vocabular, o autor diz tratar-se de “[...] um processo de recorte abreviativo não-previsível cujo intuito é surpreender o interlocutor. Difere da truncação por ter uma característica extemporânea, de difícil propagação, tendo em vista suas finalidades discursivas e pragmáticas” (p. 158). Um dos exemplos usados pelo autor é a música *País tropical* de Jorge Benjor, onde se encontra três exemplos no verso *Mó num pá tropi*, cujas formas não fracionadas são *Moro* para *Mó*, *país* para *pá* e *tropical* para *tropi*. Claudio Cezar Henriques finda, então, o capítulo lembrando muito brevemente de dois casos que ele diz demonstrarem a existência de uma estrita ligação entre morfologia e estilística: a) itens lexicais cuja referência é inter- ou hipertextual, como, por exemplo, *vermelho* significando “comunista”; e b) itens fraseológicos a exemplo de *pau para toda obra*.

Após nove capítulos o livro finda com um apêndice, “Exame Nacional de Cursos – Letras”, nesse apêndice há questões extraídas do exame, mais conhecido como provão, do ano de 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 e 2005. Henriques, nesse ponto do livro, objetiva levar a uma reflexão acerca do modo como os formandos de Letras são avaliados no Exame Nacional de Cursos e acerca de como tal exame pode influenciar “[...] no ensino e na formação dos professores de língua portuguesa” (p. 178).

Um balanço geral que se pode fazer de “Morfologia”, de Claudio Cezar Henriques, é que apesar de alguns pontos beirarem uma explicação vaga ao modo de

algumas gramáticas normativas, reconhece-se facilmente perspectivas linguísticas tais como a de Ferdinand de Saussure e Joaquim Mattoso Câmara Junior. Assim sendo, o livro apresenta um texto que, muitas vezes, faz convergir o olhar linguístico e o olhar da gramática normativa, ou seja, usos e normas”, com os muito úteis exercícios. Se por um lado Henriques não instiga a maiores investigações, por mais descrever do que explicar, por outro lado Henriques é didático e sua obra, um bom e didático manual para os interessados em morfologia.

REFERÊNCIAS

1. CÂMARA Jr, Joaquim Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
2. HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Morfologia*. Rio de Janeiro: Campus, 2007.
3. SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 2003.

HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Morfologia*. São Paulo: Campus, 2007.